

## APRESENTAÇÃO

As pesquisas que compõem este dossiê abordam a educação na perspectiva dos grandes processos de mudanças estruturais. Em linhas gerais, partem de análises que privilegiam as dimensões da microanálise do cotidiano, articuladas à equação democrática acerca da “igualdade social na diversidade”, ou melhor, das diferenças nas quais estão estruturadas as desigualdades sociais e as novas configurações identitárias.

O respeito às diferenças é central para uma sociedade democrática e multicultural. A discussão sobre a política de inclusão e de reconhecimento em torno das identidades sociais e políticas, no Brasil, remontam à década de 1980, com a eclosão dos chamados Novos Movimentos Sociais. Entretanto, as políticas efetivas de reconhecimento e/ou afirmativas implementadas pelo Estado brasileiro, direcionadas às populações negras e indígenas, só foram efetivadas a partir do século XXI, o que contribuiu para uma série de práticas pedagógicas voltadas para a problemática da diversidade cultural na escola e de pesquisas sobre o sistema de ensino. Destarte, além da preocupação com as práticas pedagógicas e com as formas de inserção de segmentos sociais historicamente excluídos no interior da escola, muitos(as) educadores(as), cientistas sociais e ativistas dos movimentos sociais contemporâneos demandam por ampliação de políticas públicas mais efetivas na área de educação para o conjunto da população brasileira.

Há inúmeros movimentos sociais que já sinalizam a necessidade de reivindicar do Estado melhores condições de ensino para segmentos sociais, como: organizações populares, populações negras e indígenas, mulheres, homossexuais e pessoas com deficiências. Os primeiros alvos dessas críticas foram os livros didáticos, que veiculavam ideias e representações inferiorizadas e estereotípicas de cunho classista, racista, sexista, xenófobo e homofóbico. Foram desenvolvidas estratégias didático-pedagógicas que visavam combater as várias formas de discriminação e preconceito, e o entendimento de que o combate a estas representações seria uma entre outras estratégias de promoção da equidade e da dignidade humana desses segmentos tradicionalmente discriminados e excluídos.

A violência simbólica perpetrada nos corpos e mentes das crianças e dos jovens no interior do sistema educacional reproduz a violência estrutural da sociedade brasileira contra amplos segmentos sociais. A crítica teórica ao atual sistema de ensino e a reprodução de ideias e valores hegemônicos tem sido realizada por diferentes agentes sociais. Tais críticas teóricas, oriundas de diferentes posições de sujeitos, têm influenciado na prática pedagógica, no currículo escolar e na formação dos professores, centrando seu argumento na defesa da diversidade cultural e de políticas afirmativas que visem atenuar e/ou erradicar as desigualdades sociais e históricas contra tais grupos sociais.

As décadas de 1980 e 1990, no contexto internacional e no contexto brasileiro, foram marcadas por uma *política das diferenças ou política das identidades*, que resvalou para a problematização do sujeito essencialmente classista. Os Novos Movimentos Sociais poriam em desuso a noção de classe como único vetor possível contra a exploração e a dominação social. Os estudos étnicos e raciais, os estudos feministas; o campo dos estudos de gênero, as teorias *queer*, os movimentos populares, as teorias do feminismo negro estadunidense abririam um campo inovador ao instituir novas bases epistemológicas nas Ciências Sociais para analisar outras articulações em torno das outras formas de dominação. Gênero, raça, etnia, sexualidade, classe, geração,

afetividade constituíram as novas categorias sociais e políticas sobre as quais as Ciências Sociais e a Educação teriam que se debruçar.

Os artigos do dossiê 45 “Educação, Diversidade e Desigualdades” procuraram atender a dois eixos que nortearam o tema central abordado: no primeiro, a questão da diversidade e da desigualdade na área de Educação, inserindo-se no debate contemporâneo sobre questões epistemológicas descolonizadoras em torno das noções identitárias e das diferenças étnico-raciais e sua intersecção com gênero, classe e cultura; no segundo eixo, os artigos priorizaram a escola como espaço social fundamental onde as diversas identidades sexuais e culturais são problematizadas à luz das abordagens teóricas contemporâneas que questionam os modelos hegemônicos reproduzidos na instituição escolar e nas práticas educativas cotidianas. É o que mostraremos a seguir.

No artigo *Transnacionalismo negro: a encruzilhada das Amefrican@s*, de Geri Augusto nos apresenta três narrativas de mulheres negras de contextos socio-culturais distintos (Brasil e Estados Unidos) para problematizar “as novas aberturas epistêmicas possíveis no universo acadêmico” e o intercruzamento de narrativas de opressão e de subalternidade dessas mulheres, que a autora, sugestivamente, denomina metaforicamente de “encruzilhada”, como o ponto em comum em que epistemologias descolonizadoras são postas, a partir de conhecimentos não hegemônicos na apreensão das experiências dos sujeitos negros femininos na Diáspora Africana nas Américas.

A Diáspora Africana é, também, ponto de reflexão no artigo *Redes Interculturales y perspectivas dialógicas en Afroamérica: la intersección Brasil-Colômbia*, de Claudia Miranda, Fanny Milena Quiñones Riascos e Rejane Costa da Silva. As autoras ressaltam que “el universo de investigación académica ha pasado cambios y rupturas que imponen otras agendas y otras formas de intercâmbios” e de saberes para além da educação formal. As condições de exclusão dos povos negros na América Latina, sobretudo no Brasil e na Colômbia, através da mobilização de políticas de inclusão social direcionadas para essas populações nos estabelecimentos de ensino superior nos dois países, por exemplo, são pontos elucidativos que ensejam novas formulações no âmbito das pedagogias no que se refere a temas como racismo, desigualdades e cosmovisões da Diáspora Africana baseados nas experiências coletivas dos grupos historicamente excluídos na América Latina.

Essa exclusão dos atores negros na cena diaspórica no Brasil dar-se-á na análise de Maria Lúcia Rodrigues Müller e Áurea Gardeni Sousa da Silva sobre *A experiência de estudantes africanos no Brasil*. O referido artigo “pretende relatar os aspectos referentes a situações de racismo e discriminação racial vivenciada pelos estudantes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) que ingressaram nas Instituições de Ensino Superior Brasileiras”. As autoras dispuseram de metodologias qualitativas realizadas em duas Universidades Federais brasileiras e constataram que “ser negro e africano”, nas instituições de ensino analisadas, expressaram concepções etnocêntricas e preconceituosas sobre a África e sua manifestação em constrangimentos raciais e culturais vivenciados pelos estudantes africanos no interior das universidades pesquisadas.

As desigualdades raciais no sistema de ensino superior brasileiro têm gênero e classe. É o que demonstra Delcele Mascarenhas Queiroz e Carlinda Moreira dos Santos no artigo intitulado *As mulheres negras brasileiras e o acesso à educação superior*. As autoras investigaram o acesso de mulheres negras na Universidade Federal da Bahia, após a implementação da política de cotas raciais. Observou-se que

as “mulheres negras estão em desvantagens nos cursos de maior prestígio social na Instituição de Ensino estudada em relação às mulheres não-negras (pardas e brancas)”, e concluem que “as mulheres pretas, embora tivessem obtido uma sensível elevação de sua participação, formam o contingente de menor expressividade nos cursos de alto prestígio, mesmo naqueles onde as mulheres tiveram presença predominante, como Odontologia e Psicologia”. Tal resultado informa sobre práticas discriminatórias e seletivas pautadas na estrutura hierárquica do sistema de ensino superior brasileiro, cujos critérios são baseados na categorias raça, gênero e classe social.

A tríade gênero, raça e classe social aparece na pesquisa realizada por Ana Cláudia Lemos Pacheco e Martha Maria Brito Nogueira no artigo *Mulher negra: interseccionando gênero, raça, classe, cultura e educação*. As autoras analisam a trajetória de uma mulher negra, baiana de acarajé, “que se transformou em um dos maiores ícones da cultura popular afro-brasileira, na cidade de Vitória da Conquista, na Bahia, nos séculos XX e XXI”. A reconstrução da memória de Dona Dió do Acarajé possibilitou as autoras compreenderem como se constituiu a rede de relações sociais e culturais articuladas na criação da Escola de Samba como um espaço de educação popular, de produção de saberes afro-brasileiros e de superação de subalternidades interseccionais, através da rede de empoderamento negro-feminino.

Na segunda parte da Revista, os artigos analisados tomaram a instituição escolar como locus privilegiado de interpretação das práticas pedagógicas, do currículo e das relações sociais constituídas no ambiente escolar. Jane Adriana Vasconcelos Pacheco Rios, Joana Maria Leôncio Nuñez e Osvaldo Francisco Ribas Lobos Fernandez no artigo intitulado *Diversidade na educação básica: políticas de sentido sobre a formação docente*, a partir de uma pesquisa, buscaram entender “novos modos de produzir a docência no cotidiano escolar a partir da construção de dispositivos pedagógicos que tomam o tripé diversidade/diferença/direitos humanos como elemento fundador da ação docente”. Através das experiências pedagógicas vivenciadas pelos discentes no Programa Interinstitucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), os (as) professores (as), coordenadores (as) do Programa adotaram diversas metodologias no sentido de apreender a perspectiva intercultural da diferença na formação docente, “politizando-a” e produzindo novos sentidos às práticas pedagógicas.

A Diversidade cultural é o fio condutor que organiza os argumentos presentes no artigo de Joalice Santos Conceição, *Quando o assunto é sobre religiões de matriz africana: Lei 10.639/2003*. A autora expõe de forma didática as causas pelas quais as religiões de matriz africana, mesmo depois da implementação da Lei 10.639/2003 – que obriga o ensino de História da África e Cultura Afro-Brasileira nas Instituições de Ensino em todo país –, são objeto de preconceitos e de racismo nas instituições escolares. A autora demonstra que a falta de conhecimento histórico sobre o continente africano e sobre a sua importância na sociedade brasileira revela a outra face do racismo engendrada na produção do conhecimento eurocêntrico que é transmitido e reproduzido nas escolas. Para ela, “a escola brasileira deve[ria] fornecer informações históricas relativas às matrizes que deram origem ao País; entretanto, há uma maior valorização do pensamento e das culturas eurocêntricas” nos currículos escolares.

O conhecimento hegemônico produzido nas escolas é o mote reflexivo do artigo *Famílias, masculinidades e racialidades na escola: provocações Queer e Decoloniais*, de autoria de Marcio Caetano, Paulo Melgaço da Silva Júnior e Treyce Ellen Silva Goulart. Os (as) autores(as) propõem analisar modelos de família e de mascu-

linidade que não são reconhecidos no currículo escolar, a partir de reflexões teóricas decoloniais e *Queer*. Na pesquisa “objetivou-se problematizar as noções de família, trazendo à tona a necessidade de reconhecer outras possibilidades” e “questionar os currículos com vistas a interrogá-los sobre os discursos que produziram modos de subjetivação e ensinaram formas heteronormativas” de conhecimento sem reconhecer a diversidade que abarca a noção de família, maternidade, paternidade, expectativas sexuais e racializadoras no ambiente escolar.

Se a escola reproduz modelos de família e de sexualidade heteronormativos, ela também exclui e violenta corpos considerados transgressores da normatividade. É o que revela a pesquisa de Alfrancio Ferreira Dias, Maria Eulina Pessoa de Carvalho e Danilo Araújo de Oliveira, *Notas sobre o processo de inclusão/exclusão de uma professora transexual*. Baseados(as) nas narrativas de uma professora transexual, os (as) autores(as) convocam para uma reflexão acerca de algumas categorias analíticas que deverão ser colocadas em suspensão, em “rasura”, ao desestabilizarem conceitos e práticas engendradas como naturais ao “gênero feminino”. Os autores denunciam o quanto é violento o engessamento e a biologização dos corpos no ambiente escolar, provocando violências, discriminações e exclusões de pessoas que não se identificam com a identidade hegemônica.

A exclusão de estudantes transexuais, travestis e transgêneros é o tema de reflexão do artigo *Re/des/construindo in/diferenças: a expulsão compulsória de estudantes trans do sistema escolar*, de Isaias Batista de Oliveira Junior e de Eliane Rose Maio. Semelhante ao artigo anterior, as experiências de pessoas trans são problematizadas à luz do questionamento da estrutura educacional vigente e do questionamento das normas, do cotidiano escolar, do currículo, da formação dos professores e das relações sociais que preconizam um *habitus* escolar que é resultante da falta de respeito à cultura da diferença: “A transfobia consiste na estigmatização e retirada de direitos básicos, como o reconhecimento do nome social, livre acesso a espaços no interior da escola e uso de sanitários ao gênero que se identifica”.

Tais direitos, como a utilização do nome social pelos estudantes trans no ambiente escolar, é uma das faces da discriminação e da transfobia que é objeto de análise no artigo *Direitos à meia luz: regulamentação do uso do nome social de estudantes travestis e transexuais nas instituições escolares*, de Jonas Alves da Silva Junior. O objetivo do artigo “é levantar, sistematizar e analisar os efeitos das legislações que regulamentam o uso do nome social de estudantes travestis e transexuais nas escolas brasileiras”. Como resultante do sistema educacional excludente, as (os) estudantes trans não conseguiriam se adaptar ao ambiente escolar, cujas normas não são elaboradas visando a pluralidade sexual e de gênero no interior da mesma, ao contrário, através de vários mecanismos de controle, a escola, enquanto uma instituição social formal, anularia os corpos e os saberes, atribuindo aos estudantes trans a responsabilidade da inadaptação, como a evasão escolar e as dificuldades de aprendizado decorrentes das práticas discriminatórias e da violência às quais são submetidos cotidianamente. Nesse sentido, segundo o autor, “a pesquisa realizada evidenciou que as legislações e políticas públicas voltadas para a comunidade LGBT são precárias e insuficientes para garantir o acesso e permanência de travestis e transexuais na escola [...] é urgente [...] a inclusão dos temas da diversidade sexual e das identidades de gênero na formação de professores(as) e, conseqüentemente, no cotidiano escolar”.

Em *Políticas curriculares de educação infantil: um olhar para as interfaces entre gênero, sexualidade e escola*, Rodrigo Saballa de Carvalho e Bianca Salazar Guizzo abordam um tema delicado e de grande importância na educação infantil, afinal, “as experiências que se vinculam a gênero e sexualidade são vivenciadas por crianças pequenas quando sobre elas já são constituídas expectativas com relação às suas identidades sexuais e de gênero”. Por isso a importância, segundo os (as) autores(as), de elucidar e provocar o debate em torno da política curricular e da formação dos professores que atuam na educação infantil. “Os resultados mostraram que, de algumas décadas para cá, tem havido a inserção das temáticas de gênero e sexualidade em políticas públicas e curriculares, mas ainda de modo incipiente”.

A mesma temática sobre gênero e sexualidade é foco de investigação de uma pesquisa realizada com estudantes de Pedagogia numa escola. Através da descrição e análise dos diários de bordo produzidos pelas discentes sobre as suas experiências de formação docente inicial, Roney Polato de Castro explora no artigo *Educação, relações de gênero e sexualidades: experiências de estudantes de pedagogia* o iceberg que faltava na problematização sobre a política de formação dos professores com relação às questões de gênero e das identidades sexuais. O autor inova o debate ao propor alternativas de práticas educativas que possam desestabilizar o conhecimento hegemônico produzido não só no espaço da escola, mas sobretudo nos processos de socialização que ocorrem no espaço familiar, instigando as discentes a revelar e desvelar noções e concepções de gênero e sexualidade hegemônicas existentes no mundo social.

A seção “Estudos” fecha o conjunto de discussões sobre Educação, diversidade e desigualdades, proporcionando aos (às) leitores (as) informações preciosas sobre *Alfabetização de crianças com deficiência e redução das desigualdades no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa*. Segundo os (as) autores (as) Elci Schroeder Lucachinski e Celso Francisco Tondin, a “pesquisa objetivou analisar a relação entre alfabetização e redução das desigualdades escolares e sociais no que tange à orientação da prática pedagógica com alunos com deficiência, no âmbito da formação proporcionada pelo Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC)”. O referido estudo explora uma temática pouco estudada e citada nesse número que trata de inclusão/exclusão e da diversidade cultural que a instituição escolar, juntamente com o Estado, deverão reconhecer e prover às crianças com deficiência no âmbito da escola. Portanto, desigualdades e diversidade poderão ser as faces de uma mesma moeda.

É nesse contexto multicultural e de emergência de uma série de atores e movimentos baseados em políticas de identidade na sociedade brasileira e no interior do sistema de ensino que propomos a leitura dos resultados de pesquisas e reflexões, organizadas em forma de artigos, voltadas à questão da diversidade cultural no âmbito da educação.

Abril de 2016

Ana Claudia Lemos Pacheco  
Delcele Mascarenhas Queiroz